



O que está sendo feito?

1. Reunião na Casa Civil discute resolução extrajudicial de conflitos



A Coordenação Finalística do Giac-Covid-19 participou na manhã desta sexta-feira (8) de reunião na Casa Civil da Presidência da República, com o objetivo de discutir a possível resolução extrajudicial de conflitos gerados pela pandemia de covid-19. A pauta incluiu as questões envolvendo a compra de respiradores pelos estados, as requisições feitas pela União e uma avaliação do pagamento dos benefícios

assistenciais criados em razão da pandemia. Além dos integrantes do Giac, participaram do encontro representantes de órgãos como Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Saúde, Advocacia-Geral da União, Ministério do Desenvolvimento Regional, Defensoria Pública da União, Caixa Econômica Federal, entre outros.

Sobre os respiradores, liminares já reconheceram que os equipamentos comprados pelos estados não podem ser requisitados pela União sem a decretação de estado de sítio ou de defesa. Mas, segundo exposto pelo Ministério da Saúde, há necessidade também de garantir assistência para estados e municípios que estão em situação crítica. Os membros do Giac argumentaram que uma forma de solucionar esse tipo de problema seria criar protocolos ou diretrizes e atuar dentro da estrutura tripartite do SUS, que engloba União, estados e municípios. Além disso, é essencial dar transparência à informação sobre a situação de cada local, sobre os equipamentos necessários e disponíveis, para balizar as decisões judiciais. Um dos encaminhamentos da reunião foi a criação um BI para monitorar os processos com pedido de liminar, de modo a acompanhar as decisões.



No encontro, os membros do Giac também falaram sobre os problemas mapeados pelo Ministério Público relativos ao pagamento do auxílio emergencial, incluindo a obrigatoriedade de cadastro via meios digitais, o que exclui parte dos possíveis beneficiários, e contribui para as grandes filas formadas nas agências bancárias. O tema foi objeto de reuniões do Giac ao longo da semana, com a Caixa e com os focalizadores nos estados. A DPU também registrou problemas similares aos encontrados pelos focalizadores. O Giac, a DPU e o MPT irão consolidar todos os pontos em que há problema no pagamento do auxílio e enviar para a Casa Civil, para tratativas de resolução das questões.

2. Liminar garante direitos de trabalhadores demitidos no Mato Grosso

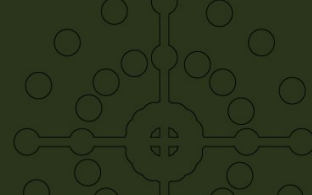
O Ministério Público do Trabalho obteve, nesta semana, liminar em face das empresas Aries Transportes Ltda. e Verde Transportes Ltda. para garantir os direitos de 200 trabalhadores demitidos no final de março deste ano no Mato Grosso. O grupo empresarial foi acionado pelo MPT na Justiça do Trabalho após suspender contratos de diversos empregados, sem qualquer pagamento de salário e sem assegurar o direito ao recebimento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, descumprindo a MP 936/2020. Na decisão, a Justiça determinou que as empresas abstenham-se de suspender os contratos de trabalho de seus empregados sem amparo legal, especialmente sem estar em conformidade com a MP 936/2020.

Também devem pagar as verbas rescisórias de quem foi desligado, anotar o desligamento na CTPS e entregar aos trabalhadores os documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes.

[Leia mais.](#)

3. MPT destina recursos para equipamentos de proteção

O Ministério Público do Trabalho em Boa Vista (RR) reverteu cerca de R\$ 36 mil reais em ação judicial para a compra de duas impressoras 3D. O equipamento será usado para ampliar a produção de máscaras de proteção e, assim, intensificar as ações enfrentamento da covid-19 no estado. [Leia](#)



BOLETIM

[mais](#).

Já no Mato Grosso, o MPT conseguiu a destinação de R\$ 24 mil ao Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFMT), para custear o projeto de produção de 1,5 mil unidades de protetores faciais (Face Shield) para distribuição a profissionais envolvidos no combate à pandemia. [Leia mais](#).